

CVE: 7/15

Marta Cristina Bettencourt Quadros

Pretendo divorciar-me. O meu conjugue acha que lhe devo dar uma oportunidade: eu não quero. Já estamos a viver um casamento de fachada há muito tempo. Temos um filho com 1 ano. Eu já não quero continuar a viver na mesma casa com o meu cônjuge.

Quem tem o direito de ficar na nossa casa até resolvermos definitivamente o divórcio?

- Partindo do princípio que a casa é comum, caso não cheguem a um acordo a respeito de quem fica com o direito a usá-la (e atenção, que aqui não estamos a falar de direito de propriedade mas de direito de utilização) o direito de utilização é daquele que demonstre que tem mais necessidade de lá ficar a residir.

Não havendo acordo, terão de submeter a questão ao tribunal, alegar as respectivas versões e provar porque razão cada um considera que necessita mais de viver na casa.

Reforço que nestes casos, por norma, quem ficar com o direito de residir na casa, terá de pagar uma renda ao outro que fica provado da mesma.

A decisão será do tribunal.

|O meu conjugue não aceita abandonar a nossa casa. Diz que quem deve ir embora sou eu. Posso levar o nosso filho de um ano comigo ou não?

Em bom rigor de lei não, não pode. A criança ainda não tem, nesta fase, a questão das responsabilidades parentais definidas.

Pelo que, em termos práticos, tanto o pai como a mãe têm os mesmos direitos de dirigir e decidir a respeito da vida do filho, nomeadamente, com quem reside e onde reside.

Ou seja, da mesma forma não pode a senhora levar o seu filho para fora de casa, como não pode o pai fazê-lo.

A não ser que exista manifesta urgência, nomeadamente se a crianças estiver em perigo, ou o ambiente se estiver a revelar manifestamente nefasto para ela.

|Imaginemos que eu saio de casa com o nosso filho. O meu conjugue fica a viver na nossa casa, enquanto resolvemos o divórcio. Mais tarde, quando tivermos a resolver o divórcio e as partilhas, posso ser prejudicada, por ter abandonado a nossa casa?

Da forma como coloca a questão, não me parece.

Uma coisa é a utilização da casa de morada de família, outra coisa é a partilha.

No primeiro caso, existe um direito a utilizar a casa; no segundo caso já estará numa fase de definição concreta do direito de propriedade, para o qual entram em linha de consideração questões como a propriedade comum e a divisão em partes que, normalmente, são iguais.

Ninguém é obrigado a ficar definitivamente na comunhão de património, e mesmo que a partilha da casa não venha a ser decidida de consenso, existe um processo específico no notário para a partilha, e aí são feitas todas as contas para se chegar a um acerto final.

|Em relação ao nosso filho de um ano, eu pretendo ficar com a guarda do menino. E chegar a um acordo com o pai sobre as visitas e a pensão de alimentos. Quem decide e que aspectos são tidos em conta em relação a pensão de alimentos e ao número/condições dos dias de visita?|

Se chegarem a acordo, os próprios pais é que decidem. Podendo depois fazer chegar um acordo escrito com os termos que acordaram, a um juiz, que homologará o acordo fazendo com que ele tenha força de sentença, desde que considere devidamente acautelados os direitos do menos.

Caso não chegue a acordo, qualquer um dos pais pode fazer entrar no tribunal um processo de regulação de responsabilidades parentais, e nesse processo será chamado o outro progenitor, e cada um fará valor a sua versão e aquilo que pretende, juntando prova e podendo fazer-se julgamento, até o juiz decidir no final.

Num caso como noutro os aspectos essenciais da vida do menor são regulados: guarda; residência; decisões de particular importância; visitas; férias; dias especiais; alimentos.

O meu conjugue tem um filha com 6 anos de uma outra relação. Esta menina fica uma noite com o pai de 15 em 15 dias. Esta criança pode ter influência no nosso divórcio e na decisão de quem deve ou não ficar na nossa casa, enquanto resolvemos o divórcio?|

Poderá influenciar, como o podem toda e qualquer circunstância da vida de um de outro. Se chegarem à necessidade de ter de fazer prova em tribunal, tudo o que diz respeito à vida de

cada um será tomado em conta. A circunstância de ele ter uma filha poderá ser utilizada por ele como mais um argumento.

Durante o processo de divórcio e até que sejam feitas as partilhas, quem deve assegurar o pagamento do empréstimo à habitação, contas da água e luz da habitação? ambos os conjugues ou o conjugue que fica a viver na casa? |

Como já avantei supra, quem ficar a residir na casa poderá até ter de pagar uma renda a quem fica provado da mesma.

Noutras circunstâncias, a compensação ao outro é feita através da assunção da totalidade do empréstimo por quem lá fica a residir.

Quanto aos consumos, o pagamento deve ser feito por quem fica a residir, podendo inclusivamente a titularidade dos contratos de consumo ficar adstrita apenas a quem ficar na casa.

Somos casados em comunhão de bens adquiridos. Temos a casa (comprada com recurso a empréstimo à habitação com fiança), temos um carro (registado em nosso nome) e uma carrinha (não registada em nosso nome). Enquanto resolvemos o divórcio/partilhas, posso continuar a usar o nosso carro e o meu conjugue usar a carrinha, apesar de já não vivermos juntos? |

Sim, podem acordar a esse respeito, sem problema algum. Os bens não ficarão imobilizados e inutilizáveis no decurso do divórcio.

Imaginemos que o meu conjugue aceita o divórcio. Penso que no nosso caso, o mais difícil será chegar a acordo, em relação à partilha dos bens. Podemos assinar os papéis do divórcio e só depois fazermos a partilha de bens? |

Sim. A lei prevê expressamente essa figura. É o chamado divórcio sem consentimento e sem partilha. Apenas terão de estar de acordo quanto às responsabilidades parentais do menor; quem fica a residir na casa de morada de família e à relação de bens (quais os bens que existem á data do divórcio). Se estes acordos existirem podem fazer o divórcio na conservatória e depois, quando entenderem fazer a partilha.

No recheio da nossa casa temos bens adquiridos por nós depois do casamento, bens oferecidos por familiares antes do casamento, bens oferecidos por familiares depois do

casamento, bens que cada um de nós trouxe aquando do casamento. Na eventualidade de ser eu a abandonar a nossa casa, posso trazer comigo todos os bens que já eram meus antes do casamento e os bens que nos foram oferecidos pelos meus familiares? |

Se efectivamente são seus bens próprios pode trazê-los, sendo preferencial que ele concorde. É que em bom rigor nessa altura ainda existirá apenas uma separação, e não um divórcio oficial, e só com o divórcio oficial as partilhas têm cabimento legal.

Não obstante, se estivermos a falar de bens móveis, e se ele não levantar grandes obstáculos, não haverá problema que antecipem a divisão.

13.3.2015

Lara Duarte Ramos

Advogada